



POBREZA:

Luz no fim do túnel?¹

*Pierre Salama*²

Resumo

O trabalho analisa a «história recente da pobreza» na América Latina. Após os anos 90, houve uma dificuldade para reduzir de maneira significativa a amplitude e a profundidade da pobreza nesse continente. Após os anos 2000, a pobreza diminuiu graças a uma política redistributiva ainda que tímida. Mesmo assim, apesar dessa nova política, a diminuição da pobreza ainda é menor do que se poderia esperar, sobretudo quando se compara com a dos países asiáticos. Apesar de alguns progressos, a pobreza latino-americana ainda se encontra em um nível elevado, alcançando mais ou menos um terço da população.

Palavra-Chave: Pobreza, Distribuição de renda, Mercado de Trabalho.

Abstract

This papers analyzes the recent history of poverty in Latin America. During the 1990 decade it has been observed an extremely difficulty to

¹ Tradução de Wilson F. Menezes, professor do Curso de Mestrado em Economia da UFBA. O original desse texto foi escrito em fevereiro de 2008.

² Economista, Professor, Universidade de Paris XIII, Cepn-Cnrs UMR n°7115, mail: pierre.salama@univ-paris13.fr.



reduce inequality in that region. At the next decade the poverty has been reduced given a stronger redistributive policy, although its effects were below the expectations, mainly when it is compared to Asian Countries.

Key-Word: Poverty, Income Distributive, Labor market.

Introdução

Entre as diferentes definições da pobreza, duas se destacam. A pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza é absoluta quando a pessoa não dispõe de recursos monetários em quantidade suficiente para se reproduzir. A medida da pobreza absoluta concerne aos países em desenvolvimento. A pobreza é relativa quando a pessoa dispõe de um rendimento monetário abaixo de 50% do rendimento mediano. A medida da pobreza relativa refere-se quase exclusivamente aos países desenvolvidos³.

A lembrança dessa distinção é de grande utilidade. Ela explica porque é difícil comparar a pobreza do Norte com a do Sul, já que suas formas de mensuração são diferentes. Ela revela, sobretudo, que se pode, matematicamente, suprimir a pobreza quando ela é medida de maneira absoluta. Alguns países conseguiram esse feito. Entretanto, é impossível suprimir a pobreza relativa, isso porque sua definição repousa exclusivamente sobre a distribuição da renda, a menos que se suponha a existência de uma sociedade cujos cidadãos receberiam a mesma remuneração. Mas, se é impossível suprimir a pobreza relativa, ela pode, no entanto, ser substancialmente diminuída.

Um dos fatos sobressalentes da «história recente da pobreza» na América Latina, após os anos 90, é a dificuldade que se encontra para reduzir, de maneira significativa, a amplitude e a profundidade da pobreza (ver quadro para as definições desses termos). Após o início do milênio, a pobreza diminuiu mais ou menos fortemente segundo os países, sobretudo graças a uma política redistributiva ainda tímida. No conjunto, apesar dessa nova política, a diminuição da pobreza ainda é menor do que poderíamos esperar, sobretudo quando a comparamos com a dos países asiáticos. Ademais, em alguns países, dentre os quais o Brasil, os objetivos do *Millenium* de reduzir a pobreza extrema serão alcançados em 2015. Apesar desses progressos, a pobreza ainda se encontra em um nível elevado, dizendo respeito a mais ou menos um terço da população.

³ Para uma apresentação do conjunto de técnicas que permitem discutir e medir a pobreza, ver Destremau, B; Salama, P. (2002).

Medidas da pobreza absoluta

A construção de uma linha de pobreza é simples em seu princípio. A partir de enquetes estabelece-se qual é a composição de uma cesta de bens de consumo que permita adquirir certo nível de calorias. Convertida em preço, essa cesta indica o nível de renda de estrita reprodução que define a pobreza extrema (indigência). Multiplicada por um coeficiente, chamado de coeficiente de Engel, para que se possa ter em conta as necessidades de moradia, transporte etc., obtém-se uma renda que corresponde à linha de pobreza. Se a renda do indivíduo, ou da família, é inferior a essa linha, o indivíduo, ou a família, é designada como pobre. O indicador H_0 assim obtido mede a amplitude da pobreza.

Assim, pode-se calcular dois outros indicadores que pertencem à mesma família: H_1 mede a profundidade da pobreza, isto é, a diferença entre os níveis de renda dos pobres e a renda que corresponde à linha de pobreza; H_2 mede as desigualdades entre os pobres. Esses três indicadores podem ser escritos como: $H\delta = 1/n \sum [(z-y_i)^\delta / z^\delta]$, em que z corresponde à linha de pobreza, y_i representa a renda dos pobres, n a população e δ assume valores 0, 1, 2. A soma se faz de um à q : número de indivíduos ou de famílias pobres. Para $\delta=0$, H_0 mede a amplitude da pobreza, isso porque H_0 , matematicamente, corresponde ao número de pobres da população.

O Banco Mundial define a linha de pobreza de maneira diferente. Ele considera que são indigentes (pobreza extrema) os indivíduos que recebem menos de um dólar americano por dia, calculado a partir de uma taxa de câmbio particular, chamada de paridade de poder de compra (PPC). Aqueles que recebem menos de dois dólares por dia, ainda em termos de PPC, são pobres. A classificação dos indivíduos como pobres ou não pobres e a avaliação consecutiva da evolução das taxas de pobreza sofrem de uma ausência de transparência: certas evoluções refletem muito mais as mudanças das técnicas de avaliação, raramente precisas, que uma mudança real de situação⁴.

Esses indicadores sofrem de vários problemas, os quais caracterizam seus limites: às vezes se levam em conta apenas as rendas monetárias, esquece-se dos diferentes mecanismos de solidariedade não mercantis, ignora-se a subjetividade dos indivíduos que podem se sentir pobres quando não podem fazer face às suas obrigações⁵. É por essa razão que esses indicadores simples são complementados por outros tantos que procuram captar a «diversidade» da pobreza e as maneiras de a sentir.

⁴ Sobre esse pode ver Wade, R. (2002). Esse autor remarca que as amostras de países utilizados para medir a renda dos pobres diferem segundo as enquetes.

⁵ Essas obrigações exprimem códigos de valor que são transmitidos de geração em geração, mais ou menos deformados pela inserção muitas vezes brutal dos indivíduos em um modo mercantil, mais ou menos globalizado.

Na Ásia, a evolução da pobreza é claramente diferente. Ela diminui, às vezes, de maneira vertiginosa em alguns anos. Em certos países ela quase que desapareceu, pelo menos em seus aspectos extremos; em outros, após uma primeira fase de redução forte e rápida, observa-se uma desaceleração mais ou menos pronunciada⁶.

O nível e variação das desigualdades e a taxa de crescimento do Pib constituem os fatores-chave que explicam a evolução da pobreza. Eles constituem aquilo que se chama de «triângulo da pobreza», segundo a feliz expressão de F. Bourguignon (2004). Quanto maior o nível das desigualdades, mais é provável que a profundidade da pobreza seja importante. No sentido inverso, quanto maior o crescimento, mais a renda dos pobres aumenta e menos tempo eles dedicarão para preencher a diferença que os separa da linha de pobreza, se e somente se a distribuição da renda que acompanha o crescimento não for alterada. A variação das desigualdades impacta, com efeito, sobre o nível da pobreza. Uma distribuição de renda cada vez mais desigual constitui um fator positivo e permite diminuir a pobreza, tudo o mais constante, e inversamente uma elevação das desigualdades constitui um fator negativo (1ª parte).

Os regimes de crescimento exercem uma influência sobre o nível da pobreza. Certos regimes de crescimento têm mais desempenho em termos de taxa de crescimento, de inserção da economia na «economia-mundo», que outros, favorecendo o aparecimento de produtos de média e de alta tecnologia; isso, naturalmente, impõe consequências sobre a pobreza e suas formas. Com efeito, cada tipo de inserção se traduz por uma relação diferenciada entre trabalho não qualificado e trabalho qualificado e, portanto, por uma distribuição diferenciada de renda. Como pobreza não é sinônimo de não trabalho ou mesmo de trabalho informal (ainda que existam ligações entre pobreza e atividades informais), e o trabalho formal e informal seja compatível com a pobreza, a evolução dos tipos de emprego e de renda se traduz em efeito, via variação da distribuição da renda e amplitude do crescimento, sobre o nível de pobreza. Nesse sentido, pode-se considerar que o regime de crescimento relativamente de baixo desempenho, como o que tem conhecido a América Latina industrializada após os anos noventa, explica as dificuldades para diminuir de maneira significativa o nível de pobreza (2ª parte).

⁶ Segundo os dados do Banco Mundial: a pobreza passou de 69,9% na China em 1990 à 28,6% em 2005 e a pobreza extrema (também chamada de indigência) diminuiu de 31,5% à 8,9% nesse mesmo período. Na Coreia do Sul, tanto a pobreza como a indigência é não significativa e inferior a 0,5a%; na Tailândia, no mesmo período, a indigência passou de 12,5% da população à 1,7% (World Bank,

O «triângulo da pobreza»: os fatores em jogo

A. O nível elevado de desigualdades aumenta as dificuldades para reduzir a pobreza

Na América latina, o nível das desigualdades é muito elevado comparado ao de outros países: o coeficiente de Gini⁷ é de 0,639 no Brasil, de 0,59 na Argentina, de 0,52 no México, de 0,55 no Chile, de 0,58 na Colômbia (Cepal, 2004), enquanto que ele se situava no fim dos anos noventa em 0,36 nos Estados Unidos e 0,27 na França, segundo a OCDE.

O nível de desigualdades tende a diminuir nos anos 2000⁸, exceto na Argentina, onde ele se elevou brutalmente a um nível extremamente alto quando da crise que colocou fim ao Plano de Convertibilidade, para cair em seguida. Quando se compara a renda média obtida pelos 10% mais ricos com a dos 10% mais pobres, a relação é de 58,1 em 2000; essa relação era de 15,9 para o conjunto Malásia, Filipinas e Tailândia (Palma G. 2006). Pode-se afinar os estudos das desigualdades utilizando-se dois

2006, página 49). Na China, após ter diminuído de maneira pronunciada em poucos anos, a redução da pobreza foi fortemente desacelerada com a elevação pronunciada das desigualdades. Segundo o mesmo estudo do Banco Mundial, o índice de Theil (indicador que mede as desigualdades) aumentou de 21,1% em 1990 a 35,8% em 2002 na China, enquanto continua em um nível fraco na Coreia do Sul (17,0% e 17,5% no mesmo período). As desigualdades entre as rendas aumentaram na cidade, na zona rural e, sobretudo, entre a zona rural e cidades na China. Com efeito: 8,9 pontos dos 21,1 pontos em 1990 provêm das desigualdades cidade-campo 8,1 no interior do campo e 4,1 no interior das cidades) (BM, 2006, páginas 227 e 228 para maiores precisões no que concerne à Ásia, ver Chaudhuri, S; Ravallion M. 2007, Jomo K.S. 2006, Edwards, P. 2006).

⁷ O coeficiente de Gini é outro indicador de média global das desigualdades que coloca em relação as porcentagens da população e de renda distribuída. População e renda, em porcentagem, formam os dois lados de um quadrado. Se, por exemplo, 5% da população recebem 5% da renda, 10% recebem 10% etc., obtém-se uma distribuição de renda absolutamente igual. Essa distribuição corresponde à diagonal do quadrado. A distribuição de renda é, em realidade, mais ou menos desigual segundo o país: 10% da população recebe, por exemplo, 5% da renda, 20% recebe 9% etc. Obtém-se uma curva que reflete esta distribuição de rendas. Essa curva leva o nome de Lorenz. A área entre esta linha e a diagonal, representando a metade da área do quadrado, constitui um indicador das desigualdades, denominado Gini. Quanto mais a curva de Lorenz se aproxima da diagonal, menor a área entre a curva e a diagonal e menor é o coeficiente de Gini, e vice-versa. Pode-se também perceber que a área ocupada entre a curva e a diagonal pode ser representada por curvas de Lorenz diferentes em suas curvaturas. Isso significa que um mesmo grau de desigualdade pode significar situações diferentes, de sorte que é preciso recorrer a outros indicadores mais precisos.

⁸ Segundo fontes, os números diferem às vezes, o que se explica pela dificuldade em estimar as rendas financeiras dos 5%, ou mesmo dos 1% mais ricos, mas também porque não está indicado se se trata do conjunto das rendas ou apenas das rendas provenientes do trabalho, se se trata das rendas após as transferências sociais ou antes delas. Quando se considera o conjunto das rendas após as transferências, incluindo os rendimentos financeiros, ainda que subestimados, segundo os dados da PNAD no Brasil, o coeficiente de Gini passa de 0,5957 em 2001 à 0,5620 (Neri, 2007). A redução não é negligenciável, mas o coeficiente continua sendo um dos mais elevados do mundo.

coeficientes de Gini: um que concerne a 100% e outro que apenas leva em conta 90% da população, uma vez eliminados os 10% mais ricos. As diferenças entre os dois coeficientes de Gini são particularmente importantes na América Latina. O coeficiente de Gini dos 100% em relação ao dos 90% é mais elevado em 40% no México e na Argentina, em 42% no Brasil, em 45% na Colômbia e em 53% no Chile, quando nos Estados Unidos ele é mais elevado um pouco menos de 9%.

Para uma renda média *per capita* pouco elevada, quanto mais elevado o nível das desigualdades mais é provável que a profundidade da pobreza seja grande. Fica então difícil diminuir o nível de pobreza, tudo o mais constante (isto é, para uma taxa de crescimento constante e uma distribuição de renda inalterada). A elasticidade da pobreza em relação ao crescimento é então fraca⁹.

B. Os efeitos positivos do crescimento sobre a pobreza

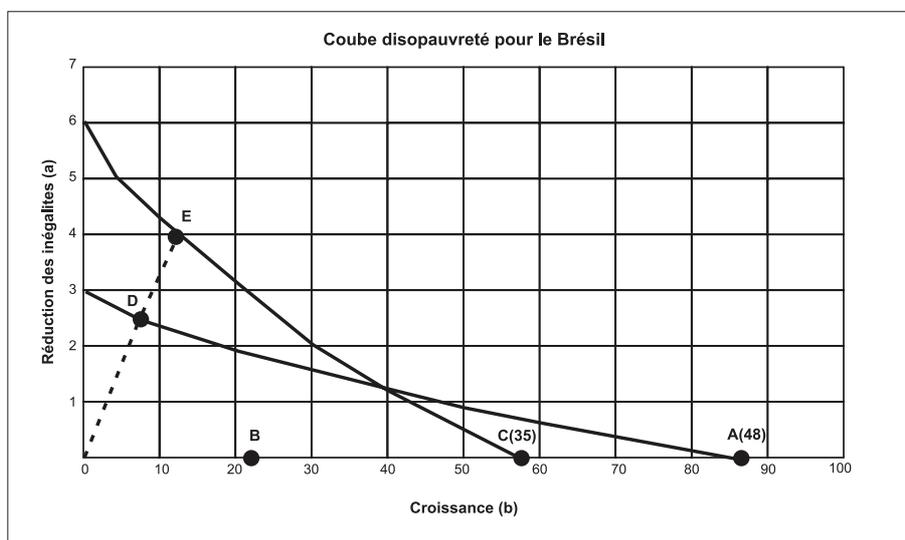
Quando as desigualdades ficam estáveis (crescimento dito neutro do ponto de vista de seus efeitos distributivos), o crescimento age mais ou menos favoravelmente sobre a pobreza, em função da taxa e do nível das desigualdades ao mesmo tempo. Quanto maior a taxa de crescimento, mais a diminuição da pobreza será considerável. Esta redução será tanto mais forte quanto mais fraca for o nível das desigualdades.

Vamos ilustrar nossos propósitos por meio de diferentes simulações. Em um artigo já antigo (1989), mas revelador, N. Lusting calculava quantos anos eram necessários, no caso do México, para preencher a brecha entre o nível de remuneração alcançado pelos 10% mais pobres, depois pelos 10% seguintes etc. e o salário mínimo de 1977 (nível próximo da linha de pobreza). Nesse momento, duas hipóteses foram apontadas: o crescimento é supostamente neutro do ponto de vista da distribuição da renda e sua taxa é estável e de 3% ao ano. Com essas hipóteses fortes, a população que compõe o primeiro décil (os mais pobres entre os pobres) deveria esperar 64 anos para que sua renda atingisse o limite da pobreza; a população do segundo décil teria (...) 35 anos de espera e a do décil seguinte, 21 anos. Paes

⁹ Isso explica porque, na Argentina, se tornou difícil diminuir, hoje, o nível da pobreza de maneira significativa, apesar do forte crescimento do PIB. A pobreza recua, mas fracamente: a elasticidade da pobreza em relação ao crescimento era de -0,3 no período 2002-2007 (para cada ponto de crescimento suplementar, a pobreza diminuiu de apenas 0,3%) (Lozano et alii, 2007).⁸ Para uma análise das causas de um fraco crescimento, comparado ao dos países asiáticos, e de sua volatilidade, ver o primeiro capítulo de meu livro: *Le défi des inégalités* (2006).

de Barros et *alli* fizeram simulações para o Brasil para 1997 e para 2000. Com a hipótese de uma distribuição de renda estável (a de 1993), o objetivo era calcular o número de anos de crescimento contínuo e regular para que a pobreza diminua. Esses autores obtiveram os seguintes resultados: 10 anos de crescimento à taxa de 3% permitem uma redução de oito pontos na pobreza, mas de dois pontos apenas com um crescimento de 2%. Eles mostraram que, para reduzir a pobreza em 12,5 pontos no Brasil, seria necessário um crescimento de 4% ao ano durante 10 anos, com a condição de que o perfil das desigualdades não seja afetado. Retomando o exemplo do México, F. Bourguignon (2004) mostra que com as mesmas hipóteses (crescimento de 3% ao ano, regular e com neutralidade distributiva), a pobreza poderia ser reduzida em sete pontos em 10 anos.

Esse tipo de análise sob forma de cenário fez grande sucesso, sobretudo após a fixação dos objetivos do *Millenium*. Os economistas do *Millenium* cruzaram, para cada país, a redução das desigualdades com o crescimento e imaginaram cenários para alcançar uma redução de 50% da pobreza extrema entre 1990 e 2015; as duas curvas representando o nível «desejável» de pobreza extrema em 2015, ou seja, a metade daquela de 1990, calculada pelas enquetes nacionais ou pelo Banco Mundial. Isso poderia ser obtido por uma infinidade de combinações: crescimento e redução das desigualdades, a partir de 1999, como se pode ver para o caso do Brasil.



Fonte: Cepal, Ipea, Pnud (2003)

Esses estudos procuram assim colocar uma luz sobre as condições a serem satisfeitas para que o nível de pobreza extrema de 1990 diminua pela metade daqui à 2015. Segundo os cálculos efetuados pelos *experts*, supondo que as desigualdades não mudam, seria necessário um crescimento acumulado nesse período de 207% para a Bolívia, de 104% para a Colômbia, de 86% para o Brasil, respeitando-se que a pobreza extrema é medida pelo critério do Banco Mundial, ou seja, um dólar – à taxa de paridade do poder de compra – por dia. A diminuição das desigualdades permitiria alcançar esse objetivo com uma taxa de crescimento mais fraca. Os *experts* do *Millenium* (Cepal, IPEA, Pnud, 2003) construíram, segundo esse princípio, uma curva de iso-pobreza para cada país, combinando taxa de crescimento e variação das desigualdades suscetíveis para se alcançar o objetivo do *Millenium* (ver gráfico abaixo). Se projetamos as taxas de crescimento e as variações das desigualdades observadas entre 1990 e 2002, observamos que seria preciso 27 anos para que o México alcançasse esse objetivo, 102 anos para a Nicarágua e 240 anos para Honduras (Ros, J. 2004). Segundo a Cepal (2005, p. 20), em 2003, apenas um único país latino-americano já teria alcançado o objetivo fixado e cinco poderiam ainda alcançá-lo no prazo fixado. Os outros países da América Latina não poderiam alcançar esse objetivo, caso as taxas de crescimento e a variação das desigualdades ficassem similares àquelas obtidas entre 1990 e 2002.

O Brasil alcançou o objetivo fixado antes mesmo de assinar o compromisso: a pobreza extrema diminuiu de 58,54% entre 1992 e 2006. Essa diminuição foi irregular: forte com o fim da hiperinflação (-33,76% entre 1992 e 1995), interrompida de 1995 à 2001, relativamente pronunciada em seguida, isso porque, no conjunto do período (1992-2006) ela se aproxima dos 60% (Neri et *alli*, p. 36, 2007). Essa diminuição é o resultado de uma política de transferências sociais e, ao mesmo tempo, de um aumento sensível do salário mínimo e de um aumento das rendas dos trabalhadores não qualificados a uma taxa superior ao dos trabalhadores qualificados (ver *infra*) como mostra S. Rocha (2007).

Sabe-se que, com 2% de crescimento, é preciso 35 anos para dobrar o valor do PIB, mas, com 10% de crescimento, o PIB é multiplicado por 32. Com uma taxa de crescimento de 2%, a mobilidade social é fraca e a probabilidade para que uma criança nascida pobre o deixe de ser na idade adulta não é elevada. Com uma taxa de crescimento de 10%, a mobilidade social é muito mais elevada e a probabilidade de uma criança nascida pobre deixar de ser pobre é forte, exceto se as desigualdades aumentarem consideravelmente como é bem o caso da China hoje.

O crescimento é modesto na América Latina¹⁰. Esse crescimento se situa em torno de 2% ao ano desde os anos noventa. Ele é mais irregular na América Latina que na Ásia. Zettelmeyer, J. (2006) mostra que os períodos em que o crescimento *per capita* ultrapassa 2% ao ano são mais importantes na Ásia que na América Latina e, sobretudo, mais longos após 1950. Segundo seus trabalhos, percebem-se, após 1950, 19 períodos de crescimento a mais de 2% *per capita* na América Latina contra 11 na Ásia; a duração média é de 13,9 meses no primeiro caso, quando ela alcançou 26,1 meses no segundo. Enfim, em 30% dos casos, essas fases de crescimento ultrapassam 15 anos na América Latina contra 73% na Ásia¹¹.

Se o crescimento for regular e se ele for neutro em relação à distribuição da renda, a pobreza seguiria uma tendência à baixa de maneira igualmente regular. Esse não é o caso da América Latina. As curvas do PIB e da pobreza não são paralelas. Os pobres, por serem menos protegidos, são mais vulneráveis à volatilidade do PIB em relação às outras categorias da população, melhor protegidas. Por outro lado, a proporção de pobres cresce mais fortemente quando o crescimento diminui e a crise se estabelece.

Os efeitos negativos do ciclo econômico sobre a pobreza são, muitas vezes, acentuados pelas políticas econômicas restritivas, decididas por razões de credibilidade sobre os mercados financeiros internacionais. Assim, segundo Hicks e Wodon (2001), a partir de um estudo realizado em sete países (Argentina, Chile, Bolívia, Costa Rica, México, Panamá e República Dominicana), pode-se observar uma elasticidade das despesas sociais em relação ao PIB superior à unidade durante as fases de crescimento e, ao contrário e sobretudo, uma elasticidade dessas despesas inferior a um durante as fases de recessão. Tal como sublinham os autores, quando o crescimento do PIB *per capita* diminui de um ponto percentual, as despesas dirigidas aos pobres diminui de dois pontos. Os autores estimam que essa redução é, na metade, devida à queda do PIB *per capita*, sendo a outra metade resultado do aumento do número de pobres, aumento esse provocado pela própria crise. Em lugar de ser contracíclica, a política social é muitas vezes pro-cíclica e acentua os efeitos negativos da volatilidade sobre a população de baixa renda.

¹⁰ Para uma análise das causas de um fraco crescimento, comparado ao dos países asiáticos, e de sua volatilidade, ver o primeiro capítulo de meu livro: *Le défi des inégalités* (2006).

¹¹ O contraste é ainda mais pronunciado a partir dos anos oitenta. Isso porque a América Latina entra em uma fase longa de depressão hiperinflacionista, com volatilidade muito forte, que dura uma dezena de anos, fase essa que é seguida, desde o início dos anos noventa, de outra fase de retomada econômica caracterizada por uma fraca taxa de crescimento médio e uma volatilidade menos pronunciada em relação à fase precedente. O crescimento na Ásia é, desde os anos oitenta, forte e pouco volátil (apenas uma única crise no fim dos anos noventa).

As razões da grande vulnerabilidade dos pobres nos ciclos de crescimento

Quando o crescimento diminui, os pobres são afetados de maneira mais que proporcional a essa diminuição e; quando o crescimento é retomado, o nível de pobreza fica estável, quando não piora, durante uma duração mais ou menos longa, duração essa em função dos efeitos distributivos em curso. As razões muitas vezes exposta para explicar essas evoluções são bem conhecidas: a crise é o momento em que os setores pouco competitivos são reestruturados, empresas são eliminadas ou reconvertidas, as condições de trabalhos são postas em questão. A saída da crise, outra que não as retomadas «mecânicas», pela renovação dos estoques, exprime um retorno em direção às melhores condições de valorização do capital, graças aos novos equipamentos mais performantes, mas, sobretudo, em um primeiro momento, em razão da introdução de novas formas de organização do trabalho, de uma queda do emprego e de uma «moderação» salarial. O ciclo da produção retorna à alta, os lucros aumentam, podendo ser de natureza a alimentar a combatividade, a mobilização e a retomada dos salários. As defasagens entre as evoluções da produção e dos salários se explicam, portanto, pela não correspondência dos ciclos do PIB e das mobilizações. O mesmo acontece para as defasagens entre os ciclos do PIB e da pobreza por uma razão simples: a pobreza não decorre, na sua essência, do não emprego, mas do emprego que se faz em condições deterioradas de remuneração. Esse fenômeno de *histérese* se explica, assim, essencialmente, pelo aumento das desigualdades quando da crise, cujos efeitos são multiplicados em relação aos países desenvolvidos, em razão da fraca proteção social da maior parte da população. Os serviços públicos, dentre os quais a escola e a saúde, sofrem, particularmente, de reduções de despesas, com o objetivo de reencontrar o equilíbrio orçamentário. Em decorrência, a duração média da escolaridade diminui e as crianças pobres frequentam menos assiduamente a escola por razões econômicas. A busca de atividades para garantir a sobrevivência no curto prazo torna-se necessária pela crise; a duração da escolaridade torna-se mais fraca; a proteção sanitária se reduz; a nutrição torna-se insuficiente, diminuindo, em certos casos, de maneira irreversível, as capacidades de se sair da pobreza, uma vez retomado o crescimento econômico, para um certo número dessas pessoas.

C. Os efeitos de uma variação das desigualdades

O crescimento econômico não é neutro do ponto de vista distributivo. Ela aumenta ou diminui as desigualdades, a depender de seus próprios regimes. Quando a demanda de trabalho não qualificado é mais significativa que a demanda de trabalho qualificado, a probabilidade para uma

redução das desigualdades das rendas do trabalho torna-se forte. No sentido contrário, quando essa demanda é menor, as desigualdades podem aumentar. A substituição de importações com preponderância sobre os bens leves produziu uma concentração de renda, chamada de horizontal (a distância entre as rendas do trabalho é fraca). A substituição de importações, com preponderância sobre os bens pesados e mais sofisticados, impõe uma concentração de renda chamada de vertical (a distância entre as rendas do trabalho aumenta). O regime de crescimento não se limita apenas a especificar as atividades industriais: a parte do setor financeiro pode se tornar importante e as rendas retiradas desses setores tornam-se então consideráveis, e sua natureza tende a modificar a distribuição da renda. Enfim, o crescimento é acompanhado, pouco a pouco, de políticas redistributivas que alteram mais o ou menos a distribuição de renda em um sentido ou em um outro e exerce um papel de retorno sobre a forma do crescimento. Pode-se considerar que hoje o regime de crescimento dominante compreende uma grande parte das atividades financeiras e é acompanhado de forte política assistencialista. Essas características não deixam de exercer seus efeitos sobre a distribuição de renda.

Como já tivemos a oportunidade de observar, o crescimento não é regular e as fases de evolução da pobreza não são as mesmas em relação ao crescimento do PIB. Os economistas distinguem diferentes fases: o crescimento é «*pro-poor*» (muito favorável aos pobres), quando a diminuição do índice de pobreza se realiza a uma taxa de crescimento superior à do PIB; ele é «*trickle down*¹²» (moderadamente favorável aos pobres) quando o índice de pobreza diminui, mas a uma taxa inferior à do crescimento do PIB; ele é, enfim, pauperizante, «*miserabilista*», quando o crescimento, positivo ou mais frequentemente negativo, provoca um aumento do índice de pobreza¹³. Esta análise pode ser aprofundada ao se considerar outros índices de pobreza que medem sua profundidade, bem como as desigualdades entre os pobres.

A fim de mensurar os efeitos do crescimento, *via* variações das desigualdades, sobre a pobreza, Kakwani et alii (2004) construíram um indicador muito interessante. A uma taxa de crescimento do PIB de um ano,

¹² Preferimos conservar as expressões em inglês em decorrência da dificuldade em traduzi-las; a última, por exemplo, dificilmente poderia ser traduzida; a expressão «gota a gota» seria provavelmente a mais próxima, mas também muito deselegante.

¹³ As elasticidades do índice de pobreza em relação ao PIB são superiores a um, entre zero e um e inferiores a um. Ver Kakwani et alii (2004). Adotamos aqui as definições desse autor, em lugar das do Banco Mundial, que considera que o crescimento é «*pro-poor*» se o índice de pobreza diminui, não importando qual seja sua taxa. Nesse caso, basta que a elasticidade seja superior a zero.

corresponde uma taxa de crescimento (negativo ou positivo) do índice de pobreza. A relação crescimento/pobreza difere de um ano a outro, porque o crescimento age sobre as desigualdades de maneira irregular. A idéia consiste em, a partir da taxa observada de crescimento a cada ano, calcular a que nível deveria ser essa taxa para que se tenha um crescimento do índice de pobreza similar à taxa de crescimento observada. À taxa de crescimento hipotética (PEGR¹⁴) corresponde então uma taxa de crescimento neutra do ponto de vista distributivo. Pode-se então deduzir que, se a taxa calculada ultrapassa a observada, o crescimento é «*pro-poor*», pois ele conduz a uma diminuição das desigualdades e permite uma forte diminuição do índice de pobreza; se a taxa calculada é inferior à observada, mas maior que zero, ela é do tipo «*trickle down*»; nesse caso o índice de pobreza diminui, mas de maneira fraca, isso porque as desigualdades aumentam; enfim, se essa taxa calculada é negativa e menor que a taxa observada, estamos na presença de um crescimento empobrecedor. O exemplo coreano é uma ilustração interessante do que foi dito. O crescimento foi, entre 1990 e 1996, em seu conjunto, do tipo «*pro-poor*»: os índices de pobreza diminuíram mais rapidamente que o aumento do PIB. As desigualdades diminuíram no conjunto da população – o coeficiente de Gini passou de 29% em 1990 a 27%, segundo o autor¹⁵ –, mas também entre os pobres, de sorte que a profundidade da pobreza diminui. Em 1997-98, com a crise, a situação muda radicalmente; estamos nesse momento na presença de uma fase “empobrecedora”: o índice de pobreza diminui a uma taxa mais elevada, em relação ao do PIB, a profundidade aumenta ainda mais rápido e as desigualdades entre os pobres cresce fortemente. No período que se segue, a diminuição do índice de pobreza é levemente inferior à taxa de crescimento do PIB; o crescimento é «*trickle down*» desse ponto de vista, mas ele é «*pro-poor*» se nos referimos aos dois outros índices, graças à política social ativa posta em ação.

Não é isso o que se observa na América Latina. Com a mesma metodologia, Nunez et alii (2005) analisaram a Colômbia. O efeito decorrido das desigualdades é muito mais importante. Observa-se, com efeito, que a curva de crescimento observada encontra-se muitas vezes abaixo da curva do PEGR e esta última é frequentemente inferior a 0%. O índice de pobreza fica em um nível elevado; o efeito decorrente do crescimento das desigualdades é, muitas vezes, maior que o efeito decorrente do crescimento, sobretudo de 1997 à metade de 1998 e ainda maior de 2002 à

¹⁴ Acrônimo de «Poverty Equivalent Growth Rate»

¹⁵ Ligeiramente diferentes daquelas calculadas por ADB (*op.cit.*).

2003, graças a um forte crescimento «*pro-poor*». Se o crescimento tivesse sido neutro, o índice de pobreza teria passado de 51% em 1996 a 37% em 2004. Isso significa, dizem, em quanto, no período, as conseqüências das fases de crescimento “empobrecedor” foram fortes.

Um regime de crescimento de baixa performance

O índice de pobreza é orientado à baixa, mas essa baixa é relativamente fraca e a pobreza fica situada em um nível muito elevado. Vimos que essa baixa era de responsabilidade do “triângulo da pobreza” nessa modesta evolução: o nível das desigualdades é muito elevado (fator negativo) e, em certos países, as desigualdades diminuem (fator levemente positivo). Se limitar à análise do triângulo da pobreza é insuficiente, é preciso especificar o crescimento e as desigualdades que ele veicula. O objeto dessa parte é analisar a relação existente entre o regime de crescimento após uma década e a evolução da pobreza. Mostramos que, de uma parte, esse regime de crescimento é favorável para se alcançar uma diminuição da pobreza na América Latina, após início do *Millenium*. Trata-se, portanto, de um traço positivo. De outra parte, e no sentido oposto, esse regime de crescimento se traduz por uma inserção problemática na divisão internacional do trabalho. Essa inserção difere daquela que se pode observar nas economias asiáticas. Ele é de natureza a impedir uma diminuição importante do índice de pobreza. Trata-se, portanto, de um traço negativo.

Apenas evocaremos a dimensão financeira do regime de crescimento atual, enviando a outros trabalhos sua análise¹⁶, ainda que essa dimensão tenha uma influência sobre a pobreza.

A. A pobreza ligada ao não emprego e ao emprego

A pobreza é muitas vezes associada à ausência de emprego ou ainda a um emprego no setor informal. O avanço das atividades informais é muitas vezes seguido de uma migração do campo para a cidade e parece estar ligado à incapacidade do setor formal em fornecer empregos em número suficiente aos novos entrantes. Para sobreviver, esses novos entrantes buscam empregos informais e vivem em favelas. A migração, os empregos informais e a pobreza encontram-se, portanto, ligados. Entre-

¹⁶ Ver o capítulo 1 de nosso livro “*Le défi des inégalités*” (op.cit).

tanto, não se pode reduzir a pobreza a esta única dimensão. A realidade é mais complexa. A pobreza está ligada ao não emprego e ao emprego, sendo ele formal ou informal. A taxa de atividade dos pobres é fraca, mais fraca entre os “não pobres”, e a taxa de desemprego é mais elevada. Esses dois pontos (atividade e desemprego) constituem um paradoxo. É esse paradoxo que vamos ilustrar com o caso do Brasil.

Segundo os trabalhos de Sonia Rocha (p.10, 2007), a taxa de atividade média dos pobres no Brasil era de 54,9% em 1999 e de 55,6% em 2005, para o conjunto de todos os setores de atividades (formal e informal). O aumento dessa taxa é fraco nesse período. A taxa de atividade dos “não pobres” era de 63,3% em 1999, tendo aumentado para 65% em 2005, ou seja, um aumento mais importante que aquele observado para os pobres. Nas cidades, a diferença alcança 11,6 pontos em 2005 (52 e 63,6).

A priori, é surpreendente que a taxa de atividade dos pobres seja menor que a dos “não pobres”, já que é fraco o nível de renda dos pobres. Logo, por definição, dever-se-ia observar justamente o contrário, ou seja, uma taxa de atividade dos pobres mais elevada que a dos “não pobres”, por razões estritas de sobrevivência. Muitos fatores podem explicar esse paradoxo, dentre os quais, um pode ter uma maior influência: a taxa de fecundidade das mulheres é, em geral, mais elevada nas famílias pobres, tornando difícil a guarda das crianças de menor idade, sobretudo nas cidades, onde a solidariedade é mais baixa em relação ao campo e, praticamente, não existe sistema de creche. Uma outra explicação, muitas vezes lembrada, procura estabelecer uma relação entre a fraca taxa de atividade e as transferências sociais que beneficiam os mais pobres. Esta explicação não é muito séria. Inicialmente, porque a fraca taxa de atividade é observada mesmo quando não há, ou há pouca, transferência social; em seguida, porque ela é desmentida pelas análises mais finas, como iremos ver.

Segundo Sonia Rocha, a taxa de desemprego, definida segundo os critérios da OIT, era de 18,2% em 1999 e de 20,1% em 2005. Paradoxalmente, essas taxas são inferiores para os “não pobres”: 6,6% em 1999 e 6,3% em 2005. Na medida em que os pobres não recebem auxílio desemprego, é surpreendente que tenham uma taxa de desemprego mais elevada que a dos “não pobres”.

Observando a composição dos pobres e desempregados pobres, segundo o nível de escolaridade e confrontando os dados, é possível encontrar uma explicação para esse paradoxo.

Composição dos pobres segundo a escolaridade em %

Indicador	Ano	Menos de 4 anos	De 4 a 7 anos	De 7 a 10 anos	11 anos	Mais de 11 anos
Composição por idade	1999	25,1	41,3	20,9	11,1	1,7
	2005	15,9	35	26,6	20,5	2,1
Taxa de desemprego	1999	10,2	20,7	30,4	33,6	40,2
		10	19,3	29,8	32,2	37,2

Fonte: S. Rocha (p.13, 2007), a partir dos dados do IBGE e da PND (o Norte rural foi excluído).

Os pobres que têm uma escolaridade média de menos de quatro anos são muito menos numerosos em 2005 que em 1999 (25,1 contra 15,9). Essas são, muito provavelmente, as categorias mais pobres. Suas taxas de desemprego são fracas. Para uma taxa em torno de 10%, 41,3% dos pobres têm uma escolaridade de 4 a 7 anos em 1999. Eles são menos numerosos em 2005 (35%). A taxa de desemprego é mais elevada e diminui pouco entre essas duas datas. Esta taxa de desemprego é, entretanto, menor que o peso dos pobres nessa categoria. Pode-se, desde então, considerar que, quando a formação é pouco importante (de 0 a 7 anos), a taxa de desemprego é relativamente fraca; a necessidade de trabalho para sobreviver é forte, mas é trabalho exercido, sobretudo, nos empregos informais. São os mais pobres que recebem mais transferências sociais, mas também são eles que enfrentam taxas de desemprego mais fracas.

A ruptura aparece com os pobres que têm mais de 8 anos de escolaridade: 20,9% dos pobres têm entre 8 e 10 anos de escolaridade; esse percentual aumenta sensivelmente em 2005. Nessa categoria de pobres, bem como nas seguintes, a taxa de desemprego é mais importante que sua participação na pobreza total. Em 2005, 29,8% estão desempregados. O desemprego cresce à medida que a escolaridade avança.

A taxa de desemprego é fraca para as categorias de pobres menos escolarizados; ela cresce à medida que a escolaridade aumenta. Os mais pobres buscam atividades geralmente na informalidade, sobretudo para garantir a sobrevivência estrita. A ausência de sistema de proteção social para os pobres menos instruídos e a necessidade de sobrevivência estrita explica essas fracas taxas de desemprego. Os menos pobres entre os pobres têm, por outro lado, uma taxa de desemprego mais elevada. Ao contrário do que se observa nos países desenvolvidos, a taxa de desemprego

é fraca no Brasil para as categorias menos instruídas, essa taxa aumenta com o grau de instrução¹⁷. Se existe pobreza nesse caso é porque as remunerações são fracas e existe uma predominância de trabalho em tempo parcial e precário. Se existe uma forte taxa de desemprego, deve-se provavelmente à possibilidade de reencontrar um emprego melhor remunerado, levando em conta a qualificação alcançada e a recusa consecutiva de aceitar um emprego não muito desclassificado e menos remunerado.

Nos anos 2000, a escolaridade aumenta sensivelmente, como se pode observar nos dados expostos na Tabela abaixo. A oferta de trabalho não qualificado (de 0 a 7 anos de escolaridade) diminui fortemente em porcentagem, mas a demanda de trabalho não qualificado por parte das empresas não diminui no mesmo ritmo. Isso resulta em uma alta relativa dos rendimentos dessa categoria de trabalhadores. Segundo os dados da PNAD, explorados por Néri et alii (op. cit, p. 23), os rendimentos do trabalho crescem nos cinco primeiros decis; duas vezes mais rápido que nos quatro decis seguintes, e três vezes mais rápido que no último decil de 2001 à 2006. Ora, é nos cinco primeiros decis que se encontra a maior quantidade de trabalho não qualificado, quer ele se encontre em empregos formais ou informais, sendo nos decis seguintes que se tem a maior quantidade de trabalho qualificado e de empregos formais.

O progresso do ensino abre a via, cada vez mais importante¹⁸, para uma qualificação do trabalho, mas a demanda de trabalho qualificado não segue o mesmo ritmo. Isso facilita o aparecimento de mecanismos de desclassificação, operando por meio do aumento da precariedade, da transformação presente em numerosos postos de trabalho (por exemplo, quando o assalariado torna-se indiretamente seu próprio empresário e passa a sofrer os riscos ligados à conjuntura), da elevação do uso do tempo parcial, ou mesmo pela inadaptação das formações em relação às demandas dos empresários.

B. Uma inserção internacional pouco favorável para os pobres

O Brasil encontra-se em uma situação particular e original, similar à das economias latino-americanas, após o início dos anos 2000, com ex-

¹⁷ Já tínhamos observado esse paradoxo em Destremau; Salama (2001).

¹⁸ No entanto, seria abusivo identificar anos de escolaridade e qualificação, como muitas vezes fazem as instituições internacionais. Observa-se, com efeito, uma diminuição da qualidade do ensino (ver OCDE, 2006 e Bonelli, R, 2006).

ção da Argentina. A taxa de crescimento continua fraca em média. O funcionamento do mercado de trabalho se traduz por menos desigualdades, logo em benefício dos mais pobres. Isso é um aspecto positivo.

A oferta de trabalho em um momento dado depende, de modo geral, da taxa de atividade e da fecundidade (com um atraso de quinze anos). A fecundidade diminuiu nos últimos quinze anos e seus efeitos começam a aparecer sobre o mercado de trabalho. De maneira mais precisa, a oferta de trabalho qualificado depende de um fator suplementar: a política educativa do Estado. A demanda de trabalho, quanto a ela, depende da taxa de crescimento: se esta taxa favorece a elevação da produção de bens relativamente sofisticados, a demanda privilegiará o trabalho qualificado em detrimento do trabalho não qualificado. Se a produção de bens de média e baixa tecnologia for privilegiada, como parece ser o caso, com exceção de alguns raros setores, a demanda de trabalho não qualificado continuará a ser importante e sua taxa de crescimento poderá ser superior à do trabalho qualificado. Esta situação pode ser favorável ao trabalhador não qualificado e relativamente desfavorável ao trabalhador qualificado. Mas, como, ao mesmo tempo, a oferta de trabalho qualificado aumenta mais rapidamente que a do trabalho não qualificado, os trabalhadores que ocuparão os postos de trabalho não corresponderão à suas qualificações específicas e terão empregos desclassificados. Para tanto, basta que a taxa de crescimento aumente para que a demanda de trabalho qualificado aumente em número absoluto e até mesmo em porcentagem da demanda total. A oferta de trabalho qualificado, ainda que crescente, pode então se tornar insuficiente, face a esta demanda, se as despesas públicas em educação não crescerem de maneira significativa. A evolução relativamente favorável aos trabalhadores menos remunerados (portanto, aos pobres) se inverterá e o diferencial entre rendimentos de trabalhadores não qualificados e qualificados aumentará. Dessa forma, a evolução favorável aos pobres do mercado de trabalho se mostra frágil, salvo se as despesas em educação aumentarem sensivelmente.

Mas, para que a taxa de crescimento aumente no longo prazo, várias condições são necessárias. O regime de crescimento sofre o domínio financeiro que não privilegia o investimento produtivo, ao contrário do que se observa na maior parte das economias asiáticas. A taxa de crescimento é, portanto, fraca em média. Além disso, a inserção na economia mundial se faz no mesmo ritmo que o crescimento das exportações mundiais, se bem que essas economias são, em muito, no conjunto, com exceção do México, mais abertas que no passado, quando se considera seu grau de

abertura (exportações mais importações sobre o PIB)¹⁹, mas elas não são mais abertas que a média mundial. Um número para esclarecer essa proposição: a participação das exportações brasileiras, desde há muito, se encontra em torno de 1% das exportações mundiais, mesmo que se verifique uma leve tendência à alta, enquanto que a da China em 2000 estava avaliada em 3,9% e, em 2005, em 7,4% (carta IEDI, 2006). Esta participação modesta das economias latino-americanas no comércio mundial se explica pela composição de suas exportações. A parte das exportações de produtos primários aumenta graças ao aumento do volume e, ao mesmo tempo, de seu valor, em razão da forte demanda mundial (asiática). A composição das exportações engloba poucos produtos sofisticados. Ora, são esses produtos que apresentam crescimento mais elevado no plano mundial (sobre essas questões ver Lall, 2005, Palma, 2006b e Salama, 2006, IEDI, 2007)²⁰.

O aumento extraordinário da modernização é real, mas relativamente insuficiente em relação à estruturação e à evolução do comércio internacional, com foco, cada vez mais, sobre a compra e venda de produtos de alta tecnologia (Klias; Salama, 2007). A América Latina aumenta seu atraso em relação aos “dragões” asiáticos, tal como a Coreia do Sul, e o cenário de uma incapacidade em concorrer com a China e com a Índia em futuro próximo em mercado ditos portadores de lucro.

Em síntese, uma taxa de crescimento mais elevada e durável, acompanhada de um esforço sustentado nas despesas em educação, é a via obrigatória para reduzir, de maneira significativa, a pobreza. Mas, para percorrer esta via, ainda é preciso que as relações entre as finanças e o Estado e a indústria sejam diferentes e que seja também possível se modificar em profundidade a estrutura das exportações, em direção a produtos mais sofisticados e mais demandados. A luz no fim do túnel da pobreza, mes-

¹⁹ A taxa de abertura do Brasil passa, assim, de 11,7% em 1990 a 26,9% em 2004 (carta IEDI, 2006).

²⁰ Exportações com conteúdo tecnológico elevado se caracterizam, em um plano mundial, pela elevada elasticidade da demanda em relação ao rendimento e são suscetíveis de apresentar efeitos entrelaçados nos ramos industriais, salvo se elas resultam de indústrias de montagem como no México. Elas participam, assim, na remodelagem profunda do aparelho industrial. A dificuldade em favorecer a elevação das exportações com conteúdo tecnológico elevado caracteriza os modos de crescimento do tipo “vôo de pato selvagem” (canards boiteux) (Palma, 2006b). Os efeitos sobre o crescimento das exportações são favoráveis e a relação entre o grau de abertura mais elevado e forte crescimento não é, ou é pouco, verificada. Na medida em que a participação das exportações de produtos manufaturados com média e alta tecnologia não é importante no Brasil, pode-se considerar que seu regime de crescimento se aproxima muito mais do “vôo dos patos selvagens” que do vôo dos “gansos selvagens”.

mo com os pequenos clarões percebidos em alguns países, ainda se encontra muito distante. O aumento das transferências sociais diminui a pobreza e alivia as dificuldades dos que mais sofrem privações. Se essas transferências são necessárias e eticamente indispensáveis, elas não são de forma alguma a solução para suprimir uma pobreza absoluta, que ainda se situa em níveis muito elevados, apesar da sensível diminuição em alguns países. Enfim, em se obtendo uma sensível redução da pobreza absoluta, não é necessário que essa diminuição seja acompanhada de uma elevação da pobreza relativa, produzida por um aumento das desigualdades, pois esta última minaria a coesão social, aprofundando o fosso, já existente, entre a cidadania social e a cidadania política.

Bibliografia

- BONELLI, R. (2006): «De volta para o futuro: continuidade e mudança no Brasil dos anos 40 ao presente». Forum Nacional, *Estudos e pesquisa* n° 164, São Paulo.
- BOURGUIGNON, F. (2004): “The Poverty Growth Inequality Triangle”. Working papers *Banque Mondiale*, Washington.
- CEPAL (2004, 2006): *Panorama social de la America latina*, Santiago.
- CEPAL (2005): *The Millenium Development Goals: a Latin American and caribbean Perspective*. Santiago.
- CEPAL, IPEA, PNUD (2003): *Hacia el objetivo del milenio de reducir la pobreza en America Latina y el Caribe*, Santiago.
- CHAUDHURI, S; RAVALLION, M. (2007): “Partially Awakened Giants: Uneven Growth in China and India”, Working papers: WPS4069, *Banque Mondiale*, Washington.
- DESTREMAU, B ; SALAMA, P (2001): «Brésil: de nouvelles causes au maintien de la pauvreté ?». *Revista Tiers Monde*, n° 167.
- DESTREMAU, B; SALAMA, P. (2002): *Mesures et démesure de la pauvreté*. Ed. Presses Universitaires de France, Paris.
- EDWARDS, P. (2006): “Examining Inequality : Who Really Benefits from Global Growth”, *World Development*; v. 34, n° 10, Londres.
- HICKS, N; WODON, Q. (2001). «Protección social para los pobres en América Latina» *Revista da Cepal*, n° 73, Santiago do Chile.
- IEDI (2006): «Crescimento e exportação». *Carta IEDI*, n° 204, Brasília.

IEDI (2007): “Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente”. Brasília.

JOMO, K. S. (2006): “Growth with Equity in East Asia”. DESA Working papers n°33, *Nations Unies*, New York.

KAKWANI; KHANDKER, S; SON, H. (2004): “Pro-Poor Growth: concepts and Measurements with Country Case Studies”. Working paper, *UNDP*, Washington.

KLIASS, P; SALAMA, P. (2007): “La globalisation au Brésil: responsable ou bouc émissaire?”. *Revista Lusotopie*, Paris.

LALL, S. (2005): “Rethinking industrial strategy: the role of the State in the face of globalization”. In: K, GALLAGHER: *Putting development first*. Zed Books, Londres.

LAUTIER, B ; MARQUES PEREIRA, J ; SALAMA, P. (2004): «Régimes de croissance, vulnérabilité financière et protection sociale en Amérique latine, les conditions macro de l’efficacité de la lutte contre la pauvreté ». *Cepal*, série Financiamiento del desarrollo, n° 140, Santiago.

LOPEZ-CALVA, L. (2004): «Macroeconomía y pobreza: lecciones desde latinoamérica». Working paper, *Cepal*, Santiago.

LOZANO, C. et alii (2007): “Crecimiento y distribución: nota sobre el recorrido 2004-2007”. Mimeo, Instituto de estudios y formación, *CTA*, Buenos Aires.

LUSTIG, N. (1989): «La desigualdad en México» *Economía de América Latina: las dimensiones sociales de la crisis*. *CET*, n° 18/19. México.

NÉRI, M. C. et alii (2007): “Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real de Lula”. Mimeo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

NUNEZ, J; ESPINOSA, S. (2005): “Determinantes de la pobreza y la vulnerabilidad” *Mission para el diseño de una estrategia para la reducción de la pobreza y la desigualdad*. Working paper, Bogotá.

OCDE (2006): *Economic Survey: Brazil*, Paris.

PAES DE BARROS, R. et alii (2000): *Poverty, Inequality and Macroeconomic Instability*. Texto para discussão n°750, *IPEA*. Rio de Janeiro

PAES DE BARROS, R; MENDONÇA, R. (1997) *O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. Texto para discussão n°528 *IPEA*, Rio de Janeiro.

PALMA, G. (2006): "Globalizing Inequality: Centrifugal and centripetal Forces at Work", DESA Working papers n°35, Nations Unies, New York.

PALMA, G. (2006b): «Stratégies actives et stratégies passives d'exportation en Amérique latine et en Asie orientale ». *Revista Tiers Monde*, n°186, Paris.

ROCHA, S. (2007): «Pobreza: evolução recente e as «portas de saída» para os pobres». Miméo (prochaine publication dans PAL), Forum Nacional, Rio de Janeiro.

ROS, J. (2004): El crecimiento economico en Mexico y Cenroamerica: desempeno y perspectivas. *Serie estudios y perspectivas* n°18, Cepa, Santiago,

SALAMA, P. (2006): *Le défi des inégalités, Amérique latine/Asie, une comparaison économique*. Ed La Découverte, Paris.

WADE, R. (2002): "Globalization, Poverty and Income Distribution: Does the Liberal Argument Hold". Development Studies Institute, LSE, n°02-33, Working papers, Londres.

WORLD BANK (2006): *An East Asian renaissance: Ideas for Economic Growth*, Washington.

ZETTELMAYER, J. (2006): "Growth and reforms in Latin America: a Survey of Facts and Arguments". Working paper WP/06/210, FMI, Washington.